



**NOTA CONCEPTUAL DA
XXI CONFERÊNCIA DE DIRETORES IBERO-AMERICANOS DA ÁGUA (CODIA)
25 DE JUNHO DE 2020**

Após a celebração da XX CODIA, realizada de 4 a 7 de novembro de 2019 na República Dominicana, os Diretores Ibero-Americanos da Água, segundo os acordos alcançados¹, aceitaram de bom grado a oferta de Andorra para acolher a XXI CODIA em 2020. Andorra manifestou o seu interesse em que a XXI CODIA seja realizada de modo a que os Acordos alcançados sirvam de contributo para a X Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros do Ambiente, a qual, após onze anos sem se reunir, se realizaria no final de 2020. Com esta consideração, Andorra, que detém a Secretaria Pro Tempore (SPT) para o biénio 2019-2020 com o lema “Inovação para o desenvolvimento sustentável - Objetivo 2030”, propôs a celebração da XXI CODIA entre 22 e 24 de abril, o que foi notificado pela Secretaria Técnica Permanente (STP) da CODIA (STP - CODIA) aos seus membros. Esta reunião consistiria num Seminário de Alto Nível, duas sessões de Diálogos Técnicos e as habituais sessões dedicadas ao acompanhamento do programa de trabalho da CODIA e do intercâmbio com os seus parceiros estratégicos e outras redes ibero-americanas centradas no ambiente (RIOCC² e CIHMET³)

A crise causada pela pandemia da COVID-19 impediu infelizmente a realização da XXI CODIA em abril, pelo que a SPT de Andorra, depois de todos os seus eventos terem sido reajustados num novo calendário e em formato virtual, concordou, após consulta ao STP-CODIA, em realizar a reunião no dia 25 de junho numa única sessão de quatro horas em formato virtual. Nesta sessão, e conforme acordado na XX CODIA, Andorra assumirá a copresidência juntamente com a República Dominicana, membro que assumiu a presidência na XX CODIA.

Orientações temáticas da XXI CODIA

O programa de trabalho da CODIA está fundamentalmente orientado para a promoção do cumprimento do ODS6, bem como para a promoção da relação com outros objetivos, em especial os relacionados com a energia (ODS7), a alimentação (ODS2) e os ecossistemas (ODS15). Tudo isto sem perder de vista o impacto das alterações climáticas nos recursos hídricos, quer devido a variações na sua disponibilidade no espaço e no tempo, quer devido à exacerbação de fenómenos extremos.

A atual crise resultante da pandemia da COVID-19 veio sublinhar a importância do acesso à água e ao saneamento, não só para travar a propagação da doença, mas também para ajudar na sua prevenção.

¹ Documento dos acordos em castelhano e português:

https://www.codia.info/images/documentos/XX_CODIA/Acuerdos_DEF_WEB.pdf

https://www.codia.info/images/documentos/XX_CODIA/Acuerdos_DEF_WEB_PORT.pdf

² RIOCC: Rede ibero-americana de Escritórios de Mudança Climática (<http://www.lariocc.es/es/>)

³ CIHMET: Conferência de Diretores dos Serviços Meteorológicos e Hidrológicos ibero-americanos (<http://www.meteo-iberoamericana.com/>)

Deste modo, o "Roteiro da Água e do Saneamento" adotado pela CODIA vê o seu papel reforçado como um instrumento que incentiva os seus membros a orientarem os investimentos na reconstrução das economias para garantir um acesso seguro numa economia mais circular e menos intensiva na utilização de recursos. Por outro lado, a consideração da água como um serviço essencial, por ser um bem comum, exige medidas adequadas para que ninguém fique para trás no acesso à mesma.

Em termos mais gerais, os pactos de reconstrução devem ser orientados para a ecologização da economia, facilitando a criação de emprego. Tanto a CEPAL, através da sua proposta de um grande impulso à sustentabilidade, como a Comissão Europeia, através do seu Pacto Verde, estão a promover a dinamização e a inovação em instrumentos fiscais, orçamentais, regulamentares e de investimento que permitam a criação de emprego e um ambiente de investimento sustentável que conduza a uma verdadeira transição para uma economia descarbonizada no espaço ibero-americano. Esta transição só é possível com a ajuda das Organizações Financeiras Multilaterais a nível mundial e regional e das agências das Nações Unidas, como declararam conjuntamente a SEGIB e o SPT de Andorra.

Segundo os acordos adotados na República Dominicana, a XXI CODIA trabalharia nos seguintes temas propostos por Andorra: gestão integrada da água (ODS 6.5); planos de bacia para a gestão, com especial atenção às bacias transfronteiriças (indicador 6.5.2); utilização eficiente e sustentável da água (ODS 6). 4) e estabelecimento de caudais ecológicos; Melhoria da qualidade da água (ODS 6.3): Experiência andorrana na aplicação do plano de saneamento da água em Andorra 1996-2020; Recuperação da qualidade físico-química da água e da qualidade dos ecossistemas; Serviços ecossistémicos relacionados com a água (ODS 6.6); Regiões de montanha, gestão na cabeceira de bacia. Do mesmo modo, a CODIA concordou em trabalhar em conjunto com a Organização do Tratado de Cooperação Amazónica (OTCA) na procura de soluções comuns relacionadas com a cooperação transfronteiriça no âmbito das contribuições para o cumprimento do indicador 6.5.2

De acordo com o acima exposto, a XXI CODIA foi organizada para começar com um Seminário de Alto Nível sobre "Gestão Transfronteiriça da Água"; enquanto os Diálogos Técnicos consistiriam em duas sessões: a primeira dedicada aos "Ecossistemas relacionados com a Água para a consecução da Meta ODS 6.6" e a segunda à "Integração do planeamento sectorial para o saneamento e o tratamento da água no quadro de gestão integrada dos recursos hídricos para a realização da ODS6".

Quanto às questões relacionadas com o impacto das alterações climáticas nos recursos hídricos e a necessidade de desenvolver mecanismos que promovam e aumentem as garantias de acesso seguro à água, na XXI CODIA, seria criado um espaço para o intercâmbio de atividades desenvolvidas pela Rede Ibero-Americana de Escritórios de Mudança Climática (RIOCC) e pela Conferência de Diretores dos Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Ibero-Americanos (CIMHET).

A X Conferência Ministerial sobre o Ambiente e os Diálogos Técnicos da CODIA

A SPT de Andorra prevê realizar a X Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros do Ambiente no próximo dia 16 de setembro. A Conferência tem como objetivo promover uma Agenda Ambiental Ibero-Americana alinhada com os ODS, reforçando assim a inclusão da dimensão ambiental nos trabalhos da Conferência Ibero-Americana. A Conferência abordará os seguintes temas: biodiversidade e gestão integrada dos serviços ecossistémicos como resposta à multiplicação dos riscos; uma mudança no modelo de produção e consumo, promovendo a comunidade e a cultura como incentivos à sustentabilidade; novos instrumentos para fazer face à ação climática e ao aumento dos eventos externos.

O documento conceptual da Conferência atribui à inovação o papel de catalisador da mudança, não apenas tecnológica ou científica, capaz de gerar valor que vai além do económico. Entende a inovação como um instrumento de modificação de comportamentos e abordagens na adaptação de pessoas e instituições, face à transformação da tecnologia e dos sectores produtivos, às mudanças aceleradas nas nossas

sociedades e à necessária proteção do ambiente. O objetivo é focalizar as oportunidades geradas pela inovação como motor de transformação do sector.

Em cada um dos temas existem diferentes aspetos relacionados com a água com uma dimensão de entidade suficiente para refletir na XXI CODIA. Os Diálogos Técnicos constituem o espaço de debate em que os membros da CODIA refletem sobre os temas de interesse e apresentam as soluções encontradas nos seus respetivos campos de ação, com o objetivo de propor diversas iniciativas que lhes permitam avançar na busca de melhores soluções. Os resultados dos Diálogos Técnicos podem constituir uma fonte de inspiração para os Ministros do Ambiente para a adoção de determinados critérios de ação ou para o reforço dos seus mandatos em domínios específicos.

Os tópicos a discutir nos diálogos técnicos da XXI CODIA serão, como indicado acima: "Ecosistemas relacionados com a água para a realização da meta ODS 6.6" e "Integração do planeamento sectorial do saneamento e do tratamento da água no quadro da gestão integrada dos recursos hídricos para a realização do ODS6". Estes temas estão estreitamente ligados a vários aspectos dos temas de reflexão da Conferência Ministerial, pelo que um dos principais objetivos da XXI CODIA será o de poder alimentar parte dos seus debates.

Proposta de programa de trabalho

Com base nas orientações temáticas da CÓDIA, a STP elaborou uma proposta de programa de trabalho plurianual, a apresentar na XXI CODIA. O documento de proposta de programa de trabalho pretende ser um instrumento para facilitar a discussão das orientações temáticas da CODIA e dos produtos e atividades daí resultantes. Este documento pretende ser uma proposta que reorienta o Programa Operacional Anual para um documento mais eficaz e esclarecedor das principais linhas de ação da CODIA.

Esta proposta inclui o trabalho já iniciado e promove novas orientações temáticas, através da realização de jornadas de intercâmbio de experiências, diálogos técnicos, atividades de formação e a elaboração de produtos e publicações de conhecimento. Na XXI CODIA esta proposta será apresentada e será dada uma oportunidade para a debater e propor as alterações adequadas.

Organização da XXI CODIA em formato virtual

O formato virtual finalmente adotado exige uma adaptação da estrutura inicialmente proposta à duração prevista de quatro horas. Esta circunstância leva a que a duração dos espaços de discussão durante a videoconferência seja significativamente reduzida; e a que o Seminário de Alto Nível seja adiado.

Desta forma, a XXI CODIA foi organizada em quatro blocos:

- Um primeiro bloco para a abertura e fotografia oficial, seguido da apresentação dos documentos relacionados com a reunião e o programa de trabalho. A apresentação de documentos será seguida de uma breve ronda de perguntas e indicações sobre o procedimento escrito (como a seguir se especifica) para a apresentação de propostas e comentários, bem como a adoção de documentos, conforme adequado, durante toda a Conferência.
- Um segundo bloco para os Diálogos Técnicos. Nos Anexos I e II deste documento, encontrará as notas conceptuais correspondentes a cada uma das sessões, nas quais é feita uma descrição do tema e é proposta uma série de perguntas com o objetivo de incentivar e estruturar o debate. O objetivo das sessões é chegar a conclusões comuns que sirvam para chamar a atenção da Conferência Ministerial para as questões mais relevantes relacionadas com a água e a biodiversidade e a água e o saneamento. O desenvolvimento de cada uma das sessões consistirá numa apresentação inicial de acordo com a agenda, seguida de um espaço no qual os membros poderão exprimir a sua opinião. De acordo com o procedimento escrito (ver infra), serão acordadas

as conclusões de cada uma das sessões e os membros serão informados sobre a forma de as submeter à X Conferência Ibero-Americana de Ministros do Ambiente (de acordo com o procedimento infra indicado).

- Um terceiro bloco é dedicado a questões adicionais, bem como à ratificação dos locais para a realização das próximas reuniões. Este módulo abordará, em especial, o progresso dos trabalhos das três Redes Ibero-Americanas (RIOCC, CIHMET, CODIA) sobre os impactos das alterações climáticas nos recursos hídricos.
- Um quarto e último bloco será dedicado aos acordos. O processo de adoção e assinatura dos acordos será efetuado por procedimento escrito (ver infra).

PROCEDIMENTO ESCRITO

O procedimento escrito para apresentação de propostas, comentários e adoção formal de documentos, incluindo o dos Acordos, é o seguinte:

- A SPT-CODIA enviará na segunda-feira, 29 de junho, a documentação a adotar, incluindo a proposta do documento dos Acordos.
- Os membros poderão comentar os documentos até à data-limite de segunda-feira 6 de julho
- A STP-CODIA recolherá os comentários, redigirá e divulgará por correio eletrónico, no prazo de três dias úteis, os projetos finais dos documentos, incluindo o documento dos Acordos, e solicitará nesse correio eletrónico a aprovação para a sua adoção.
- O processo de adoção de documentos, incluindo o documento dos Acordos, terminará em 15 de julho. Em conformidade com o artigo 14º do Regulamento Interno, se não for alcançado um consenso para a adoção do documento de Acordos, este será submetido a uma votação.
- Uma vez adotados, todos os documentos serão publicados no site da CODIA na Internet.

PROCEDIMENTO PARA SUBMETER AS CONCLUSÕES DOS DIÁLOGOS TÉCNICOS À CONFERÊNCIA MINISTERIAL:

- Os documentos finais de cada sessão dos Diálogos Técnicos farão parte da documentação do procedimento escrito e servirão de base para a elaboração das propostas da CODIA a submeter à X Conferência Ministerial.
- Uma vez adotados esses documentos por consenso, a STP-CODIA informará a SEGIB.
- A STP-CODIA informará sempre os seus membros sobre as etapas e o procedimento a seguir e fará circular os projetos de textos a submeter, sempre com base nas conclusões anteriormente adotadas.

ANEXO I - NOTA CONCEPTUAL DIÁLOGOS TÉCNICOS

SESSÃO I

ECOSSISTEMAS RELACIONADOS COM A ÁGUA PARA ALCANÇAR O OBJECTIVO 6 DO ODS6

Na sua XX reunião realizada em Santo Domingo (República Dominicana), de 2 a 4 de novembro de 2019, a CODIA acordou trabalhar sobre a água e a biodiversidade, tendo em vista a preparação da XXI CODIA em Andorra. Em particular, foram mencionados os seguintes tópicos: 1) recuperação da qualidade físico-química da água e da qualidade dos ecossistemas, 2) serviços ecossistêmicos relacionados com a água, 3) regiões de montanha, gestão à cabeceira da bacia.

A X Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros do Ambiente será estruturada em três grandes blocos onde são apresentados os temas da primeira proposta da Agenda Ambiental Ibero-Americana. Os blocos propostos (soluções baseadas na natureza como garantia de um futuro sustentável; valor ambiental local face aos desafios globais; políticas públicas inovadoras para uma transição ecológica justa) abordam toda uma série de desafios que a comunidade ibero-americana enfrenta, devido à degradação ambiental acelerada nos últimos anos e aos impactos socioeconómicos que esta degradação lenta e constante ao longo do tempo irá causar, se é que ainda não causou.

Em 2020, termina o Plano Estratégico para a Biodiversidade (2011-2020), incluindo as Metas de Aichi para a Biodiversidade. Consequentemente, a Convenção sobre a Diversidade Biológica adoptará um quadro global de biodiversidade após 2020 como ponto de partida para a Visão de 2050 de "Viver em Harmonia com a Natureza". Na sua decisão 14/34, a Conferência das Partes na Convenção sobre a Diversidade Biológica adotou um processo abrangente e participativo para a preparação do quadro global de biodiversidade após 2020. Embora o processo de negociação esteja bastante avançado, há ainda alguma margem de manobra antes da adopção final, se bem que o calendário inicialmente previsto tenha sido afectado pela pandemia da COVID-19.

A Sessão I dos Diálogos Técnicos da XXI CODIA abordará os temas acordados em Santo Domingo, a fim de fornecer elementos para a Conferência Ministerial. A água é um bem intrinsecamente ligado à biodiversidade e de uma boa conservação dos recursos hídricos dependem os ecossistemas ligados ao meio aquático e, por conseguinte, os serviços por eles prestados. É por isso que serão também analisados alguns aspetos em que o novo quadro de biodiversidade pode ser melhor coordenado com as políticas relacionadas com a segurança hídrica e o acesso a água.

O presente Anexo I está composto pelas seguintes partes:

CONTEXTO GERAL

RESPOSTAS AOS RELATÓRIOS GLOBAIS

PROPOSTA DA CBD PARA O QUADRO APÓS 2020

PERGUNTAS PARA DEBATE

ENQUADRAMENTO GLOBAL

O relatório da Avaliação Global da Biodiversidade e dos Serviços Ecosistêmicos elaborado pela Plataforma Intergovernamental Político-Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES) constitui a principal base técnica para o acompanhamento do Plano Estratégico para a Biodiversidade e para orientar o processo de adoção de um quadro global de biodiversidade após 2020. Além disso, existem outros relatórios e contribuições que fornecem uma visão local, regional ou global do estado da biodiversidade que têm sido utilizados como contributos ao longo do processo. A nível global, deve ser mencionado o relatório sobre Perspetiva Global da Biodiversidade (GBO-5) para avaliar o nível de cumprimento dos Objetivos de Aichi, bem como o relatório sobre Perspetiva Global do Ambiente do PNUMA (GEO-6).

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) tem mostrado em numerosas ocasiões que a diversidade biológica dos ecossistemas de água doce está a diminuir mais rapidamente do que a de qualquer outro bioma. As práticas insustentáveis conduzem à perda de habitats devido a alterações no uso do solo (principalmente para a urbanização e agricultura) e à poluição. A utilização insustentável da água e a introdução de espécies exóticas invasoras têm também um significativo impacto negativo na diversidade biológica. Os ecossistemas das águas interiores prestam serviços vitais aos seres humanos. Estes serviços incluem alimentos, fibras, medicamentos, regulação climática, mitigação de inundações e catástrofes naturais, reciclagem de nutrientes e purificação da água para consumo humano. A perda destes serviços pode ser dispendiosa para a sua substituição. Por exemplo, a construção e manutenção de estações de tratamento de água potável são frequentemente mais dispendiosas do que a manutenção da infraestrutura dos ecossistemas para fornecer água limpa; também a utilização de soluções baseadas na natureza para a purificação da água pode ajudar a reduzir os custos em estações de tratamento de águas residuais difíceis de manter e de operar, conforme os casos.

Aproximadamente 80% da população mundial vive atualmente em zonas onde o abastecimento de água não é seguro. Em 2025, dois terços da população mundial poderão estar a viver em condições de escassez de água e uma proporção semelhante poderá estar a viver sem instalações sanitárias adequadas. Quase metade das grandes cidades do mundo obtém parte, se não a maior parte, do seu abastecimento de água potável a partir de áreas florestais protegidas ou geridas. Todos os dias, dois milhões de toneladas de resíduos humanos (águas residuais não tratadas) são descarregados nos cursos de água e 70% dos resíduos industriais não são tratados nos países em desenvolvimento. A perda e degradação do habitat são as principais causas da extinção das espécies de água doce. As espécies vegetais e os solos dos ecossistemas húmidos e aquáticos, tais como florestas e lagos, desempenham um papel crucial na retenção e purificação da água. A nível mundial, 84% das espécies de água doce foram perdidas desde 1970 e cerca de 34.000 espécies vegetais estão em risco de extinção em todo o mundo.

A avaliação dos Objetivos de Aichi (MA) para a biodiversidade produziu bons resultados sobre as metas de acesso da população rural a uma fonte de água melhorada (MA 14) e houve um aumento significativo na implementação dos números relativos à proteção dos ecossistemas (MA 11). Contudo, os relatórios de avaliação indicam que ainda há trabalho a fazer em termos de melhoria dos ecossistemas aquáticos, em especial no que respeita aos seguintes objetivos: MA 4, sobre o consumo responsável e sustentável, é detetada uma tendência muito significativa na utilização da água; MA 10, sobre as pressões antropogénicas e as alterações climáticas, verifica-se um aumento das pressões e uma aceleração do declínio da massa dos glaciares. Por seu lado, a MA 7, que apela a uma melhor integração dos objetivos de conservação da biodiversidade noutros sectores, através da gestão sustentável das "zonas utilizadas para a agricultura, aquicultura e silvicultura", os dados indicam que não se verifica qualquer melhoria do balanço de azoto na agricultura (estabilizado em cerca de 8.500 kg/km²).

A biodiversidade e os serviços e funções dos ecossistemas apoiam diretamente a realização de vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo os relacionados com o acesso à água e ao saneamento, a ação climática e a vida sob o mar. A Parceria de Indicadores de Biodiversidade (BIP) abrange 64 dos 98 indicadores no âmbito da CDB e estabelece as seguintes relações entre as metas do ODS6 e as metas Aichi (MA): o ODS 6.3 (meta de qualidade da água) com a MA 8 (redução do excesso de nutrientes); o ODS 6.6 (objetivo de recuperação dos ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos) com MA 5 (redução da taxa de perda e fragmentação de todos os habitats naturais, incluindo florestas), a MA 7 (gestão sustentável das zonas agrícolas, aquícolas e florestais) e a MA 11 (valores de proteção para a conservação dos ecossistemas relacionados com as águas interiores e costeiras). Do mesmo modo, não se deve esquecer que o programa MA 14 se centra especificamente na restauração e salvaguarda dos ecossistemas que fornecem serviços essenciais, incluindo serviços relacionados com a água, e contribuem para a saúde, a subsistência e o bem-estar.

O relatório IPBES efectua uma análise das metas 6.3, 6.4, 6.5 e 6.6 do ODS6, salientando a relação entre o estado de progresso das metas e o seu impacto nos ecossistemas. Em resumo, pode ser destacado para cada alvo:

- 6.3: A melhoria da qualidade da água através dos ecossistemas naturais é um serviço ecossistémico fundamental que pode ser utilizado de forma complementar à utilização de infraestruturas cinzentas (construídas como estações de tratamento de água) e como infraestrutura verde (infraestrutura natural como a vegetação ribeirinha) para fornecer água de alta qualidade e reduzir as águas residuais não tratadas. A poluição limita a capacidade de assimilação.
- 6.4: De acordo com relatórios da UNESCO, a escassez de água resulta de uma combinação de variabilidade hidrológica, elevada utilização humana, alterações climáticas e desertificação, podendo ser atenuada, em parte, pela infraestrutura de armazenamento. Os fluxos ambientais são uma medida importante de conservação e sustentabilidade.
- 6.5: Está a ser dada uma atenção cada vez maior à resolução da crescente concorrência pela água entre os ecossistemas e os sectores socioeconómicos, o que permite avançar no sentido de uma melhor gestão integrada dos recursos hídricos e de um desenvolvimento mais sustentável.
- 6.6: Embora se tenham registado progressos na expansão da extensão das áreas protegidas, subsistem lacunas na cobertura de áreas importantes para a biodiversidade da água doce e com uma gestão eficaz. A proteção das bacias hidrográficas como fontes de abastecimento de água requer mais atenção, uma vez que pode reduzir significativamente a erosão sedimentar e o aporte excessivo de nutrientes.

O relatório IPBES conclui que as principais ameaças aos ecossistemas relacionados com a água são as relativas às alterações na fonte do recurso (alteração na utilização dos solos), à sazonalidade (regime de caudal), à quantidade (exploração excessiva) e à qualidade (poluição). Os habitats que representam 65% do fluxo continental são classificados como moderados a altamente ameaçados. Aproximadamente 46% dos grandes rios são afetados por barragens e as suas albufeiras associadas. Além disso, as espécies de água doce de uma vasta gama de grupos de vertebrados e decápodes estão mais ameaçadas de extinção do que as espécies dos ecossistemas terrestres.

Quanto aos outros ODS relacionadas com a água, pode ser resumido a partir dos relatórios globais:

- 15.9: Registaram-se alguns progressos na integração dos valores da biodiversidade nas estratégias de desenvolvimento e nos sistemas nacionais de contabilidade e apresentação de relatórios. O Sistema de Contabilidade Ambiental e Económica (SEEA) foi adotado pela Comissão Estatística das Nações Unidas, mas a integração deste quadro nos sistemas contabilísticos nacionais tem sido limitada até à data.

- 1.4: As questões relativas à propriedade da terra e à segurança da água podem ser um importante desafio para a erradicação da pobreza, especialmente nas regiões onde o impacto das alterações climáticas é maior.
- 2.3: As abordagens convencionais da produção agrícola baseadas no aumento dos factores de produção externos (ou seja, fertilizantes minerais, pesticidas, irrigação) podem alterar drasticamente o ciclo hidrológico, os ciclos do azoto, do fósforo e do potássio, bem como os processos de sedimentação e erosão, com impacto nos ecossistemas aquáticos.
- 3.2: A higiene é um elemento fundamental para a saúde, como ficou demonstrado na pandemia da COVID-19. É necessária uma abordagem sistémica centrada na melhoria do saneamento, da higiene e do acesso a água limpa, com ligações claras ao ODS 6.

Não se deve esquecer que as respostas aos desafios acima referidos devem ter em conta o impacto das alterações climáticas nos recursos hídricos e nos ecossistemas a eles associados. De acordo com os relatórios da CDB, as vias mais sustentáveis delineadas pelo IPCC, que limitam o aquecimento global a 1,5 C, implicam justiça social e equidade para fazer face aos desafios e compensações decorrentes das medidas de mitigação necessárias para reduzir as concentrações atmosféricas de gases com efeito de estufa. As medidas de mitigação baseadas na natureza ou nos ecossistemas podem ajudar a melhorar estas compensações das ações e, ao mesmo tempo, a alcançar os ODS.

Tendo em conta as atuais tendências de perda de biodiversidade e degradação dos ecossistemas, os objetivos de conservação e utilização sustentável da natureza não serão atingidos se não houver mudanças transformadoras nos fatores económicos, sociais, políticos e tecnológicos. A fim de mitigar as alterações climáticas, espera-se que as medidas tendentes à eliminação do dióxido de carbono (CDR) desempenhem um papel importante na realização do objetivo de 1,5 °C. Contudo, deve ser acompanhada a aplicação de medidas como as plantações de bioenergia intensiva, incluindo as monoculturas, a substituição das florestas naturais e os terrenos agrícolas de subsistência, pois podem ter impactos negativos na biodiversidade e ameaçar a segurança alimentar e hídrica, bem como os meios de subsistência locais. Em contrapartida, outras medidas, como o sequestro de carbono no solo, podem ser implementadas sem alterações significativas na utilização do solo, da água ou da energia e podem melhorar os níveis de nutrientes e a fertilidade do solo.

RESPOSTAS AOS DESAFIOS DA ÁGUA E DA BIODIVERSIDADE

Os relatórios de perspetiva global analisados coincidem quanto à necessidade de respostas políticas fortes para abrandar a deterioração dos ecossistemas aquáticos. Estas respostas devem ter entre os seus principais objetivos a conservação dos recursos de água doce no contexto das alterações climáticas, travar a procura crescente de captação de água e aumentar a poluição. As medidas tomadas requerem intervenções intersectoriais e sectoriais que melhorem a utilização eficiente da água, aumentem a capacidade de armazenagem, reduzam as fontes de poluição, melhorem a qualidade da água e minimizem a perturbação dos habitats naturais e dos regimes hídricos e promovam a sua recuperação. Estas intervenções devem ser realizadas num quadro adequado de gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH).

As medidas a adotar no âmbito da GIRH incluem a melhoria das técnicas destinadas a uma utilização eficiente da água (especialmente nos sectores agrícola, mineiro e energético), a combinação de infraestruturas cinzentas e verdes para a produção e tratamento de água, a proteção contra inundações através da recuperação de planícies aluviais, a gestão de espécies exóticas invasoras em colaboração com as partes interessadas relevantes, a implementação de regimes de gestão conjunta para apoiar a gestão dos recursos hídricos e promover a equidade entre os utilizadores da água, mantendo simultaneamente um caudal ecológico mínimo para os ecossistemas aquáticos, a integração de práticas que reduzam a

erosão do solo e controle da sedimentação, o aumento do armazenamento natural dos recursos hídricos facilitando a alimentação dos aquíferos, a proteção e reabilitação das zonas húmidas, a adoção de técnicas alternativas de armazenagem e a imposição de restrições às captações de águas subterrâneas e de superfície.

O desenvolvimento da GIRH, enquanto instrumento essencial que proporciona um quadro de governação adequado para alcançar a segurança hídrica, deve também fornecer os elementos de coordenação com outras políticas sectoriais (e vice-versa) que abordam questões relacionadas com a proteção da biodiversidade das zonas húmidas; a orientação e limitação da expansão da agricultura insustentável e da exploração mineira, o abrandamento e a inversão da desflorestação nas bacias, a minimização dos impactos das barragens e a proteção das fontes de água e das cabeceiras das bacias hidrográficas. Além disso, a GIRH deve promover mecanismos para melhorar os conhecimentos através de inventários dos ecossistemas insuficientemente estudados, como a água doce e as zonas húmidas, bem como de inventários dos ambientes do solo, bentónicos e de água doce.

A boa governação no domínio da água, tal como refere o ODS 6.5, deve dispor de mecanismos legais, institucionais e de planeamento para reduzir a fragmentação das políticas no domínio da água através da coordenação dos quadros de regulamentação internacionais, nacionais e locais. A coordenação da resposta nacional aos acordos ambientais multilaterais (por exemplo, Agenda 2030, Convenção sobre a Diversidade Biológica, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes) é importante para aproveitar o potencial da biodiversidade para atingir múltiplos objetivos. Desta forma, as soluções baseadas na natureza podem ser utilizadas para melhorar os resultados em matéria de biodiversidade, cumprindo simultaneamente outros objetivos ambientais internacionais, tais como água potável e o ar, resiliência às alterações climáticas e geração de empregos através da restauração dos ecossistemas.

Um dos principais obstáculos a uma verdadeira orientação ambiental das políticas (e orçamentos) nacionais e internacionais deve-se à falta de interiorização do valor da natureza nas decisões políticas. De acordo com o relatório da OCDE preparado para a conferência ministerial sob a Presidência francesa do G7 em 2019, existem numerosos estudos de avaliação dos ecossistemas à escala local, regional e global, que fornecem estimativas dos benefícios obtidos pela biodiversidade e pelos serviços ecossistémicos (por exemplo, polinização, regulação climática e purificação da água). A estimativa mundial mais completa sugere que os serviços ecossistémicos proporcionam benefícios de 125-140 mil milhões de dólares por ano, ou seja, mais de uma vez e meia a dimensão do PIB mundial. Conservar, utilizar e restaurar de forma sustentável a biodiversidade é vital para atingir muitos outros objetivos políticos, incluindo a saúde humana, a atenuação e adaptação às alterações climáticas, a redução dos riscos de catástrofes e a segurança alimentar e da água. Os valores económicos associados podem ser consideráveis: por exemplo, o valor de mercado anual das culturas dependentes da polinização animal varia entre 235 000 milhões e 577 000 milhões de dólares americanos. Os benefícios derivados da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos são consideráveis, mas são sistematicamente subavaliados ou não valorizados nas decisões políticas e na contabilidade económica. As abordagens contabilísticas convencionais e as medidas de desempenho económico (como o PIB) dão apenas uma imagem limitada da saúde de uma economia e ignoram geralmente os custos da degradação dos ecossistemas.

Vários países fizeram progressos na integração dos ativos e fluxos de recursos naturais nas suas contas nacionais. A maioria concentrou-se na compilação de contas de recursos naturais ligadas a sectores prioritários, como a água. A integração das estatísticas ambientais num quadro contabilístico aumenta drasticamente a sua utilidade para as políticas, permitindo a comparabilidade internacional, a sua replicação ao longo do tempo e a sua integração direta com as contas nacionais existentes.

A Divisão de Estatística da DESA embarcou num ambicioso projeto de revisão do Sistema de Contabilidade Ambiental e Económica (SCAE). Esta revisão visa fornecer um quadro estatístico acordado para a contabilidade dos ecossistemas, incluindo terminologia, conceitos, definições e classificações concordadas para os ativos e serviços ecossistémicos em termos físicos e monetários, utilizando uma abordagem contabilística. Este processo de revisão deve assegurar a coerência com os mecanismos contabilísticos relacionados com o ODS6 e, quando adequado, promover as ações necessárias para melhorar os quadros contabilísticos.

O Quadro Central do SCAE foi adotado pela Comissão Estatística das Nações Unidas como a primeira norma internacional de contabilidade ambiental-económica em 2012. Tem uma perspetiva económica e analisa a forma como recursos naturais como a pesca, as florestas e a água são utilizados na produção e no consumo, bem como a poluição resultante sob a forma de resíduos, água e emissões para a atmosfera. O SCAE-Água é uma parte do quadro central. Uma vez que as interações entre a natureza e a economia vão muito além da recolha, extração e utilização dos recursos naturais e da poluição, foi desenvolvido o Sistema de Contabilidade Experimental para Ecossistemas. Em conjunto, o Quadro Central e a Contabilidade Experimental dos Ecossistemas proporcionam uma visão global donexo entre ambiente e economia e tornam visíveis as contribuições invisíveis da natureza para a sociedade.

A realização das metas nacionais após 2020 exige que os governos tenham acesso a financiamentos que permitam o alinhamento dos orçamentos governamentais e da política fiscal com os objetivos ambientais, incluindo o clima e a biodiversidade. A base de dados da OCDE sobre instrumentos de política ambiental (PINE) é uma ferramenta de consulta para a implementação de instrumentos económicos para a biodiversidade.

PROPOSTA DA CBD PARA O QUADRO APÓS 2020

A CDB COP 15 (agora adiada) irá analisar a realização do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, enquanto se espera que seja adotada a decisão final sobre o quadro global de biodiversidade após 2020, juntamente com decisões sobre questões relacionadas, tais como a construção de capacidades e a mobilização de recursos. Na sequência da publicação do Projeto inicial, e dos vários processos regionais realizados até à data, foram extraídas as seguintes questões gerais para o quadro global de biodiversidade pós-2020:

- a) Deve ser coerente com os desafios colocados pela promoção da mudança transformadora necessária para enfrentar a perda de biodiversidade e cumprir a Visão para 2050;
- b) Deve servir de quadro universal para a ação no domínio da biodiversidade;
- c) Deve servir para aumentar a visibilidade do atual desafio da biodiversidade, atrair a atenção a um nível político elevado e mobilizar todas as partes interessadas para a ação;
- d) Não deve ser menos ambicioso do que o actual Plano Estratégico para a Biodiversidade, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ou qualquer outro plano ou quadro relacionado com a biodiversidade adoptado no âmbito de um acordo ambiental multilateral;
- e) Deverá estar ligado de forma coerente e sinérgica e apoiar outros quadros e processos com impacto direto na biodiversidade, em especial a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas e outros processos relevantes adotados no âmbito das convenções relativas à biodiversidade.

PERGUNTAS PARA DEBATE

Os membros da CODIA são convidados a apresentar as medidas que estão a promover, no domínio da política sectorial da água, por forma a contribuir para garantir a segurança da água sem deteriorar o estado dos ecossistemas e sem abrandar a perda de biodiversidade, bem como a mostrar as suas opiniões sobre as questões adicionais.

Como pode a CODIA contribuir para a promoção do valor ambiental dos ecossistemas relacionados com a água como elementos-chave para a tomada de decisões políticas?

Que ações devem ser realizadas no âmbito da CODIA para que as soluções baseadas na natureza possam contribuir para melhorar a gestão dos recursos hídricos?

Quais são as principais questões relacionadas com a gestão e a segurança da água que o quadro global de biodiversidade após 2020 deve abordar? A questão do financiamento da água deve ser especificamente abordada?

Com base nas conclusões do debate, será elaborada uma proposta da CODIA sobre "Água e Biodiversidade no Processo Pós - 2020".

ANEXO II - NOTA CONCEPTUAL DIÁLOGOS TÉCNICOS

SESSÃO II

A integração do planeamento do sector do tratamento de águas residuais para alcançar o ODS6

Os Diálogos Técnicos realizados na XIX CODIA (Guatemala, 2018) trataram da "Integração do Planeamento Sectorial no Tratamento de Águas Residuais para a Realização do ODS6". Os resultados dos debates realizados foram apresentados durante as sessões realizadas no V LATINOSAN (Costa Rica, 2019), e o documento do relator está disponível em <https://www.codia.info/conferencias/iv-reunion-intercodia>.

A principal conclusão foi o consenso geral de que o desenvolvimento do tratamento de águas residuais deve ser abordado de uma forma planeada, com vista à criação de um serviço sustentável. Deve ser dada prioridade à programação das infraestruturas, a fim de alcançar os objectivos estabelecidos, em especial os requisitos do planeamento da água, considerando a inovação e a reutilização como parte de uma economia circular. O desenvolvimento das infraestruturas deve ser acompanhado de uma adaptação do quadro institucional e regulamentar para permitir a melhor orientação possível, bem como do reforço das capacidades dos operadores e da sua sustentabilidade económica. A formação de profissionais a todos os níveis e o estímulo da procura dos utilizadores são também aspectos fundamentais. Durante a sua vigésima reunião em Santo Domingo, em novembro de 2019, a CODIA decidiu continuar a trabalhar para apoiar e promover as orientações decorrentes das conclusões anteriores, para as quais foi preliminarmente identificada uma série de linhas e ações com o objetivo de constituir um "[Roteiro da CODIA para o Saneamento e Purificação](#)", que abrange diferentes linhas de ação. Entre os aspectos adicionais, importa recordar que o roteiro contempla os seguintes:

1. Elaboração de recomendações técnicas sobre o planeamento do tratamento
2. Apoio no diagnóstico da qualidade da água
3. Mecanismos de geração de procura
4. Desenvolvimento de uma economia circular: reutilização de água e recuperação de lamas
5. Formação de profissionais

A Agenda 2030, no seu ODS6, afirma a necessidade de uma perspectiva inclusiva para abordar o acesso à água e ao saneamento de uma forma segura e sustentável. Desta forma, a realização do ODS6 não só é alcançada através de indicadores relacionados com a ligação das populações aos sistemas de abastecimento e saneamento desde a torneira até à sua devolução ao ambiente recetor, mas também através de indicadores sobre a boa gestão dos recursos hídricos, como indicado no roteiro.

O planeamento é o principal instrumento para promover o desenvolvimento do tratamento de águas residuais, especialmente quando a situação de partida é complexa e exige um desenvolvimento extensivo de várias soluções. Ao pensar no desenvolvimento do tratamento de águas residuais, há que pensar no sector em sentido lato, com todas as suas componentes básicas, que são: infraestruturas adequadas, operadores capazes e empenhados, com recursos e utilizadores empenhados e dispostos a pagar. Para tal, é essencial dispor de um quadro regulamentar e institucional adequado e de técnicos qualificados. Do mesmo modo, deve ser tido em conta um vasto leque de atividades relacionadas com o saneamento e a purificação, tais como o tratamento de lamas, as possibilidades de reutilização, as fontes de abastecimento e a gestão das águas pluviais.

A pandemia da COVID-19 demonstrou que as atividades de abastecimento, saneamento e purificação são essenciais para a proteção da saúde humana. O acesso adequado à água potável permite proteger-se a si mesmo e aos outros do contágio por agentes patogénicos. Além disso, o saneamento e a purificação adequados previnem a proliferação de agentes patogénicos no ambiente. Os protocolos adequados para tratar os riscos decorrentes da exposição a agentes perigosos e a sua gestão adequada poderiam ser amplamente aplicados no sector e considerados no âmbito do planeamento sectorial.

PERGUNTAS PARA DEBATE

Os membros da CODIA são convidados a apresentar as suas experiências em torno do tema central dos Diálogos Técnicos, bem como especificamente sobre outros aspectos adicionais.

O tema central do debate nestes Diálogos Técnicos é como melhorar a integração do planeamento dos investimentos em saneamento e purificação com os instrumentos existentes para garantir o direito de acesso à água e a protecção do ambiente.

Entre os aspectos adicionais do debate, contam-se as seguintes questões:

Em que linhas de trabalho do roteiro se devem concentrar maiores esforços, através de que mecanismos?

Em relação ao acesso à água e à saúde, que recomendações-chave relacionadas com a água, o saneamento e a higiene são feitas a diferentes níveis: a comunidade, as instalações de saúde, as instituições responsáveis pela água e o saneamento?

Quais são os aspectos fundamentais no planeamento do tratamento de águas residuais?

Com base nas conclusões do debate, será elaborada uma proposta sobre a "Declaração da CODIA sobre o acesso à água e ao saneamento para garantir a saúde humana e a protecção do ambiente".